



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO
INCLUSIVA EM UMA ESCOLA DO DISTRITO FEDERAL**

DELMA FRANCISCO DA FONSECA

Orientadora: Profa. Dra. LINAIR MOURA BARROS MARTINS

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

DELMA FRANCISCO DA FONSECA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO
INCLUSIVA EM UMA ESCOLA DO DISTRITO FEDERAL**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,
do Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Profa. Dra. Linair Moura Barros Martins

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

DELMA FRANCISCO DA FONSECA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA DO DISTRITO FEDERAL

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em ___/___/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Profª. Dra. Linair Moura Barros Martins (Orientadora)

Profª. Ms. Virgínia Silva (Examinadora)

Delma Francisco da Fonseca (Cursista)

BRASÍLIA/2015

Àqueles que sonham com uma sociedade transformada
pela educação.

Àqueles que não desanimam e lutam diante das agruras da
vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus por todas as bênçãos derramadas sobre minha vida, a cada dia! Por ser meu refúgio e fortaleza e o meu escudo de proteção.

A minha orientadora Linair Moura, por me incentivar, com toda paciência e dedicação na construção deste trabalho e minha tutora Débora Furtado, por me auxiliar durante a caminhada do curso.

A minha família, que sempre me apoia em todas as decisões!

RESUMO

Quando a escola recebe uma criança com Necessidades Educacionais Especiais ou algum tipo de deficiência em relação aos demais alunos, ela está se responsabilizando pelo desenvolvimento educacional e social desse aluno. Sendo a escola um ambiente de socialização e inclusão, este trabalho busca apresentar o processo de Inclusão Escolar dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais em uma Escola Classe do Distrito Federal a partir da relação entre professores e alunos. O estudo foi realizado através de entrevista e períodos de observação em sala de aula, classe comum, e sala de recursos multifuncionais e dependências das escolas. A motivação veio do desejo de conhecer o processo de Inclusão e colaborar para novas práticas reflexivas no processo de desenvolvimento da Inclusão. O trabalho apresenta a importância do relacionamento entre professor e aluno no desenvolvimento do processo de ensino e socialização dos educandos com Necessidades Educacionais Especiais.

Palavras-chave: Necessidades Educacionais Especiais. Inclusão. Relação professor-aluno.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Sala de recursos Tipo I.....	31
Tabela 2 - Sala de recursos Tipo II	32
Tabela 3 - Dados dos alunos com necessidades educacionais especiais.....	56

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	10
2. INTRODUÇÃO	12
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
3.1. Educação especial no Brasil.....	15
4. NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....	21
4.1. Educação Especial.....	21
5. DEFICIÊNCIAS	22
5.1. Deficiência Intelectual/Mental.....	22
5.2. Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD)	23
5.3. Deficiência Visual	26
5.4. Deficiência Auditiva.....	26
5.5. Deficiências Múltiplas.....	28
6. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	28
6.1. Professores do Atendimento educacional Especializado – AEE.....	29
6.2. Salas de Recursos	30
7. OBJETIVO GERAL	33
8. JUSTIFICATIVA.....	34
9. METODOLOGIA	35
9.1. Caracterização do local do estudo.....	35
9.2. Participante da pesquisa.....	38
9.3. Período de observação	38
9.5. Análise da entrevista.....	45
10 . RESULTADOS E DISCUSSÃO	51
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS.....	55
APÊNDICE	57
Apêndice I: Entrevista para o professor da sala de recursos.....	57
ANEXOS	62
Anexo I – Carta de apresentação	62
Anexo II. Termo de consentimento livre e esclarecido	63
Anexo III. Aceite institucional	65

1. APRESENTAÇÃO

Este trabalho aborda o processo de Inclusão Escolar dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais em uma Escola Classe do Distrito Federal a partir da relação entre professores e alunos. O trabalho apresenta a importância do relacionamento entre professor e aluno com Necessidades Educacionais Especiais no desenvolvimento do processo de ensino e socialização.

A educação Inclusiva busca atender às Necessidades Educacionais Especiais no sistema regular de ensino da rede pública de educação, em classes comuns. Após avaliação do aluno no contexto escolar, caso seja identificado algum tipo de necessidade educacional especial, o aluno terá apoio pedagógico oferecido em salas de recursos multifuncionais, onde o aluno poderá ter acesso à tecnologia assistiva, que contribui para ampliar e contribuir para promoção de sua independência.

A inclusão nos aponta para um novo caminho, onde há inserção total do sujeito. A escola deve promover adequações para receber os alunos e valorizar suas diferenças. Para que haja progressos na proposta da inclusão, é necessário esforço coletivo, no sentido de compreender que a inclusão oferece a mesma chance a todos os alunos.

O princípio da igualdade proporciona a todas as crianças, sem distinção, o direito de aprenderem juntas, independente das diferenças que possam ter, tanto de ordem física, intelectual, social, emocional e linguística.

A Constituição Federal assegura o direito à educação para todos, sem nem um tipo de discriminação. A escola deve cumprir o papel social de formação e preparação para cidadania, livre de qualquer preconceito, respeitando a especificidade do aluno com Necessidades Educacionais Especiais.

Entretanto a legislação por si só, não poderá realizar transformações, é necessário que haja mudança de atitude frente aos alunos com necessidades educacionais especiais, mostrando que todos fazem parte do sistema educacional, cabendo à sociedade a conscientização da prática inclusiva, que hoje, tem o desafio de garantir o acesso e especialmente a permanência desses alunos na escola.

A escola, além de preparar para a vida, deve ser um ambiente atrativo para professores e alunos, utilizando o conhecimento e experiências de ambos na construção de novos conhecimentos.

A qualidade do processo de ensino-aprendizagem é uma conquista diária, através do diálogo e participação ativa do aluno nas aulas, envolvendo relação de empatia entre professores e alunos. É necessária a construção de um ambiente onde todos possam falar e ser escutados, onde todos possam ter sua experiência valorizada, pois a educação é um ato social e deve ser prazeroso.

Esta pesquisa apresenta a relação professor/aluno com Transtorno Global do Desenvolvimento e colegas de classe em momentos de aprendizagem numa classe inclusiva, em uma escola da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Visa analisar o processo de inclusão escolar, focando no relacionamento entre professores e alunos, considerando a interação e os fatores que influenciam nessa relação, verificando a disponibilidade de recursos de acessibilidade dentro da escola, que favoreçam a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais.

Este estudo poderá oferecer, à própria instituição, possibilidades de novas reflexões a respeito da Inclusão, permitindo uma meditação sobre novas formas de compreender o aluno com Necessidades Educacionais Especiais, considerando suas necessidades como fator importante para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

A pesquisa foi realizada em caráter exploratório, utilizando entrevista semiestruturada e período de observação realizado na sala de recurso e em sala de aula e evidenciou a importância da relação entre professores e alunos no processo de aprendizagem e inclusão.

2. INTRODUÇÃO

O movimento pela inclusão é fruto de construções sócio-históricas da humanidade. A exigência por novas estratégias para a efetivação da inclusão que busca inserir todas as pessoas na sociedade, independentemente de suas diferenças, iniciaram-se fora da escola. É uma perspectiva que valoriza as diferenças e busca a quebra de barreiras físicas, arquitetônica, comunicativas e de atitudes para possibilitar que todos usufruam dos bens materiais e simbólicos que pertencem à coletividade.

A necessidade de uma escola que considere as necessidades e individualidades de cada aluno, integrando-o e propiciando o seu desenvolvimento intelectual e social gerou expectativa de mudanças de modelos dentro e fora da sala de aula, para que haja tratamento igualitário a todos os alunos.

Para concretizar as pretensões da sociedade sobre a ação que a escola deve realizar, diversos dispositivos legais foram introduzidos com a função de possibilitar melhor adequação do sistema de ensino para os alunos com necessidades especiais. A Declaração de Salamanca (Espanha, 1994), é considerado um dos mais importantes documentos que visam à inclusão social no país, a Declaração Mundial Sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990), a Convenção de Guatemala (1999), promulgada pelo Decreto nº 3.956/2001, a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), foram conquistas da sociedade e especialmente das pessoas com deficiência com que batalharam e lutaram para serem reconhecidas.

Durante muito tempo, a escola foi regalia de poucos. Situação que ainda era pior para os crianças e jovens com dificuldade de aprendizagem ou deficiência física. Muitos sofreram até o afastamento do convívio com a sociedade. Até o final da Idade Média, a pessoa com deficiência era vista como pessoa amaldiçoada ou considerada pessoa com possessão demoníaca. Não existia uma preocupação com o desenvolvimento social e ensino aprendizagem dessas pessoas.

A família e a escola precisam estar prontas para incluir, mas cabe à sociedade a diminuição de todos os empecilhos e preconceitos para que as pessoas com Necessidades

Educativas Especiais possam ter acesso aos bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social e educacional.

A educação inclusiva sugere mudança na cultura escolar, significa pensar uma escola que possibilite acesso a todos os alunos, onde não existam mecanismos de discriminação, com professores e comunidade escolar aptos para intervir e exercitar condutas de inclusão.

As formas de exclusão vêm sofrendo alterações nas duas últimas décadas, graças às novas reflexões sobre a inclusão das pessoas com deficiência, principalmente no que diz respeito ao direito à educação de qualidade, com integração no contexto regular de ensino.

A Lei Nº 13.005, de junho de 2014, aprova O plano Nacional de Educação e determina estratégias e metas para a política de educação a partir de 2014 e o Art. 2º, estabelece como uma de suas diretrizes, a superação das desigualdades educacionais e erradicação de todas as formas de discriminação, garantindo a promoção da cidadania:

Art. 2º São diretrizes do PNE:

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do analfabetismo;

III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação (BRASIL, 2014, P12).

A Constituição Federal (1988) garante educação de qualidade a ser oferecida indiscriminadamente pelo poder público. Visando pleno desenvolvimento e seu preparo para cidadania (LDB art. 205).

Lemos no artigo 205 da CF/88

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2003, p. 122).

O artigo 208, inciso III, informa que o dever do Estado será realizado por meio do atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência e que seja efetivado,

preferencialmente, na rede regular de ensino. O artigo representa progresso para educação inclusiva no Brasil, garantindo atendimento igualitário, em classes regulares, preferencialmente.

No contexto da Educação Brasileira, existem vários conceitos e normas sobre percepções e condutas práticas, compartilhadas em nossa sociedade. Atualmente, o período apresenta a inclusão, que é o privilégio de conviver com as diferenças, abandonando o conceito de integração, que realiza apenas o papel de integrar o aluno na vida escolar.

Integrar é buscar na pessoa com necessidades educacionais especiais a necessidade de transformação, localiza no sujeito o foco da mudança. A integração procura transformar o sujeito, para então ser inserido na sociedade. As divergências entre integração e, referindo-se a inclusão parcial da criança com deficiência em classes especiais ou comuns, tenta mascarar as limitações dos alunos com deficiência, para concretizar a ideia de que eles ganham mais com a convivência na sociedade.

A inclusão, ao contrário, aponta para um novo caminho, onde há inserção total do sujeito. Ele não precisa se preparar para frequentar a escola regular, a escola é responsável pela promoção das adequações necessárias para receber os alunos, valorizando suas diferenças. Compartilhando todos ganham uma escola, um trabalho e lazer inclusivo, o convívio provoca mudanças que beneficia todos os alunos.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. Educação Especial no Brasil

A educação Especial no Brasil teve seu início em 1854, durante o período imperial, com a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que teve seu nome alterado em 1891 e passou a se chamar Instituto Benjamim Constant, uma homenagem ao Republicano Benjamin Constant Botelho de Magalhães, militar, engenheiro e professor, que defendia o positivismo, promotor da reforma curricular do ensino primário e secundário do antigo município da corte, Distrito Federal, e o Imperial Instituto dos Surdos Mudos, criado em 1857, por D. Pedro II.

Na década de 1890, o Hospício de Pedro II, passou a ser denominado Hospício Nacional de Alienados, atendia e recebia pessoas excluídas pela sociedade, pacientes originados de todo território nacional. Em 1904, foi criado o Pavilhão – Escola Bourneville um espaço destinado especificamente para o atendimento de crianças com deficiência.

A criação dessas primeiras instituições especializadas (...) não passaram de umas poucas iniciativas isoladas, as quais abrangeram os mais lesados, os que se distinguiram, se distanciavam ou pelo aspecto social ou pelo comportamento divergentes. Os que não o eram assim a “olho nu”, estariam, incorporados às tarefas sociais mais simples. Numa sociedade rural desescolarizada” (JANNUZZI, 1985, P.28).

A criação dessas instituições recebiam somente pessoas com características físicas fora da normalidade e com conduta consideradas desviadas das regras aceitas pela sociedade.

Durante a primeira metade do século XX, não houve novas ações direcionadas aos portadores de necessidades especiais. A expansão dos institutos de cegos e surdos ocorreu de forma lenta e não atendia as necessidades territoriais, pois inúmeras eram as pessoas que necessitavam do seu atendimento, mas ficavam de fora dele.

Antes da década de 1920, a educação não dava conta das classes populares nem, tampouco, das pessoas com deficiência, quem tinha ingresso à educação eram as camadas

mais distintas, consideradas classes privilegiadas da sociedade. A Educação brasileira era vista como ferramenta de mobilidade social. As camadas médias utilizavam a educação como principal via de integração, prestígio e ascensão social. Entretanto, esse não era um horizonte avistado pelas pessoas com deficiência.

Devido a inexistências de novas ações a favor dos deficientes, a sociedade civil impulsionou a criação de organizações como a Sociedade Pestalozzi, instituída em 10 de novembro de 1932, formada por médicos, psicólogos, enfermeiros e professores e as Associações de Pais e Amigos de pessoas com deficiências, voltadas para a assistência nas áreas de educação e saúde. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), nascida na cidade do Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1954, reunia pais e amigos dos excepcionais para atuar na prevenção da deficiência e promover o bem estar e desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual.

No ano de 1934, A Constituição Federal teve a iniciativa de estabelecer no Capítulo II art. 150, a elaboração do Plano Nacional de Educação, com função de coordenar e supervisionar as atividades de ensino em todos os níveis. Foi uma iniciativa que contemplou a educação especial anos mais tarde.

Entre as décadas de 1930 e 1940, a educação do deficiente intelectual não era analisada, nem considerada um problema a ser resolvido. Houve a expansão do ensino primário e secundário, criou-se a fundação da Universidade de São Paulo, exibindo o interesse centrado nos indivíduos considerados normais.

Na década de 1950, a preocupação era mais da sociedade que do poder público. Através de ações realizadas pela sociedade civil, foram criadas instituições filantrópicas como a APAE (1954) – Associação de Pais e Amigos do Excepcional, com objetivo de melhorar a qualidade da vida das pessoas com deficiência, mas não existia a preocupação com a inclusão dos alunos na vida social e com o desenvolvimento educacional dos alunos.

Na década de 1950, a poliomielite representava uma praga, atingindo mais de um milhão de crianças, o que acarretou o surgimento dos centros de reabilitação física, voltados para a prestação de serviços complementar.

A partir da década de 1960, surgiram alguns questionamentos na consideração de como era a vida dentro das instituições, sobre a forma desumana em que eram tratadas as pessoas com necessidades especiais, afetando sua autoestima e impossibilitando o paciente de ter uma vida em sociedade.

Aos pouco o deficiente intelectual alcançou seu lugar na educação especial. Como relata Ferreira (2006), iniciativas foram implementadas na área da educação especial a partir de 1960:

A partir do final dos anos 1960, e de modo mais destacado nos anos 1970, as reformas educacionais alcançaram a área de educação especial sob a égide dos discursos da normalização e da integração. A educação especial constou como área prioritária nos planos setoriais de educação, após a emenda constitucional de 1978 e a Lei nº 5692/71, de reforma do 1º e 2º graus, e foi contemplada com a edição de normas e planos políticos de âmbito nacional: as definições do Conselho Federal de Educação sobre a educação escolar dos excepcionais, as resoluções dos Conselhos Estaduais de educação sobre diretrizes de educação especial, a criação das carreiras especializadas em educação especial na de educação escolar (os professores dos excepcionais) e também no campo de reabilitação (a constituição das equipes de reabilitação/ educação especial) (FERREIRA, 2006, p. 87).

Em 1970, é criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), ligado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), acarretando no território brasileiro, a expansão e melhoria do acolhimento das pessoas com necessidades especiais. Nesse período iniciaram-se as ofertas de vagas para alunos com necessidades educacionais especiais em classes especiais. Bueno (1991 p. 19) explica alguns fatos à época dos acontecimentos:

A educação especial brasileira, nesta década, chegou a se incorporar as prioridades educacionais do país, fazendo com que boa parte dos estudiosos analisem esse percurso somente pelo ângulo do aumento de oportunidades educacionais, deixando de lado a legitimação da escola, no que tange à imputação do fracasso escolar a características pessoais da criança ou ao seu mais próximo, contribuindo para a manutenção da política educacional que dificulta o acesso ao conhecimento pelos membros das classes mais pobres economicamente, e assim dificulta a integração do aluno diferente, na escola e na sociedade. Serve de instrumento para a legitimação de sua segregação.

A partir da década de 1970, houve mudanças no paradigma da educação especial, a visão de separação transformou-se em uma visão integradora da educação, baseada na possibilidade de inclusão do aluno especial em classe regular de ensino. O que possibilitou a intensificação sobre a integração e inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino regular.

Durante a década de 1980, ocorreram congressos e encontros internacionais com objetivo de criar um movimento em favor da inserção dos deficientes na sociedade. No ano de 1984, a Organização das Nações Unidas (ONU), proclamou o Ato Internacional das Pessoas Deficientes, tendo como tema “Participação Plena e Igualdade”.

Na década de 1990, a Declaração Mundial de Educação para Todos resultou em benefícios para educação especial apresentando diretrizes e normas, originando reformas educacionais em vários países. Após a Declaração Mundial sobre Educação para todos, ocorreram encontros internacionais para discussão da educação para todos, num desses encontros, na Espanha, foi elaborada a Declaração de Salamanca, que trata de políticas e práticas na área da educação das crianças com necessidades educacionais especiais. A Declaração de Salamanca (1994) é avaliada como um dos documentos mais importantes visando à inclusão educacional e social, valorizando o conceito de necessidades educacionais especiais, abrangendo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola.

As escolas devem receber todas as crianças e acomodá-las independente de suas especificidades: Todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentes de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguística ou outras. Devem incluir crianças deficientes ou superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou população nômade, crianças pertencentes à minoria linguística, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizadas (BRASIL, 1994, p. 3).

O princípio da igualdade proporciona a todas as crianças, sem distinção, o direito de aprenderem juntas, independente das diferenças que possam ter, tanto de ordem física, intelectual, social, emocional e linguística.

Na década de 2000, a Resolução Nº 02 do Conselho Nacional de Educação (2001), institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, na educação básica, em todas as suas etapas e modalidade. O Art. 1º, em seu Parágrafo Único, estabelece que o atendimento tenha início na educação infantil, em creches e pré-escolas, que se responsabilizem em garantir os serviços de educação especial, sempre que necessário às especificidades de cada aluno, após avaliação e interação junto à família e a comunidade. A Resolução garante atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, porém a escola deve se organizar para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais, dando-lhes condições para que tenham educação de qualidade.

Em 2008, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva não se baseou apenas nos aspectos culturais, sociais e pedagógicos, mas traz a ideia de que a educação inclusiva é movida pela concepção de direitos humanos.

A Política defende a transversalidade da educação especial, o trabalho didático deve ocorrer com integração com as áreas convencionais, fortalecendo a ideia de educação especial centrada na prestação de serviços e disponibilização de recursos.

O Atendimento Educacional Especializado é introduzido na Constituição Federal e ratificado no texto da Política (2008) e está sendo disseminado pelas escolas brasileiras, do ponto de vista conceitual e prático, “de modo que possa ser compreendido e executado segundo seus objetivos de: identificar, elaborar, e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008).

Já na década de 2010, A Lei Nº 13.005, de 25 Junho de 2014, aprovou Plano Nacional de Educação, como vigência por 10 (dez) anos. Estabelecendo objetivos para melhorar da qualidade da aprendizagem escolar dos alunos, apontando ações do estado brasileiro em relação às metas educacionais da educação básica à pós-graduação. O Plano Nacional de Educação (2011 – 2020) será base para todas as políticas educacionais do Brasil, nos próximos dez anos, focando na valorização do magistério e a qualidade da educação.

A meta 4 do PNE aborda a educação especial e foi baseada na Constituição Federal e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e universaliza a educação básica e o atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na idade de 04 a 17 anos, garantindo atendimento educacional especializado em classes, escolas ou serviços especializados, em função das necessidades específicas dos alunos, sempre que não for possível sua integração nas classes comuns.

Embora tenha sido baseada na Constituição, a redação da meta quatro valida a exclusão da população com deficiência do sistema comum de ensino, aceitando a seleção de alunos para o ingresso na escola e acaba trazendo de volta o ato de separação do aluno com necessidades especiais em escolas e classes especiais. Permite que se decida se uma criança ou jovem deve ou não estar numa escola comum e tira o Brasil da nova realidade para a educação inclusiva, desprezando a Constituição Federal do Brasil, que assegura o direito à educação para todos, sem nem um tipo de discriminação.

4. NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

4.1. Educação Especial

A Lei Nº 9.394/1996 – LDB , alterada pela Lei Nº 12.796, de 04 de Abril de 2013 define por a educação especial, como a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação.

Os recursos educacionais utilizados no atendimento do aluno são direcionados para o desenvolvimento do processo de aprendizagem, sua inserção social e preparação para o trabalho.

Segundo Glat e Blanco (2011):

A Educação Especial constitui-se como um arcabouço consistente de conhecimento teóricos e práticos, estratégias, metodologias e recursos para auxiliar a promoção de aprendizagem de alunos com deficiência e outros comprometimentos. (GLAT E BLANCO, 2011, p.18)

A educação especial não pode ser vista à parte da educação inclusiva, ambas precisam articular-se entre si, pois a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis de escolaridade e tem como papel auxiliar a Educação Inclusiva.

As últimas diretrizes relacionadas à educação especial foram aprovadas pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.009 de junho de 2014, através da Meta quatro, assegurando a educação básica e o atendimento educacional especializado para toda população com transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e com deficiências, entre quatro a dezessete anos de idade. Para viabilizar a proposta, foi instituída a dupla contagem de matrícula, uma como aluno da rede regular e outra como Aluno da Educação especial, para repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Educação Especial segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva integra a proposta pedagógica da escola regular, articulando-se com o ensino comum.

Dentre os quadros que comportam as necessidades educacionais especiais vinculadas a uma deficiência, consideram-se os seguintes: deficiência intelectual/mental, deficiência sensorial, deficiência física e deficiência múltipla, cujas definições serão mencionadas a seguir:

5. DEFICIÊNCIAS

Segundo a Organização Mundial de Saúde, deficiência é perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, referente à biologia humana.

É caracterizada deficiente toda pessoa que possui um ou mais problemas de funcionamento, gerando dificuldades de locomoção, relação social, percepção e pensamento. Lei Nº 13.146, de 06 de Julho de 2015, define em seu Art.2º pessoa com deficiência aquela que tem obstáculo de longo prazo de caráter físico, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode interromper sua participação integral e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL. Lei 13.146, de julho de 2015).

As deficiências podem ser congênicas quando contraídas antes do nascimento ou no primeiro ano de vida, caracterizadas por anomalias ou malformações.

5.1. Deficiência Intelectual/Mental

Relacionando o conceito a saúde, faz referência com a saúde mental e física do indivíduo, definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um estado de bem-estar completo: físico, mental e social.

A deficiência intelectual é “incapacidade caracterizada por limitações, tanto no funcionamento intelectual como no comportamento adaptativo, expressa nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Essa incapacidade tem início dos 18 anos de idade” (AAMR, 2006, p. 20).

Entre os motivos mais comuns, a deficiência intelectual, pode ocorrer por fatores de ordem genética, complicações durante o período da gestão, parto ou pós-natais.

5.2. Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD)

Os transtornos globais do desenvolvimento são distúrbios nas interações sociais recíprocas na comunicação e um repertório de interesses e atividades restritas, estereotipadas e repetitivas que costumam manifestar-se nos primeiros cinco anos de vida. Distingue-se pela formação e a instalação de condutas repetitivas, assim como pela diminuição dos interesses e atividades.

Os TGD englobam os transtornos do espectro autista, as psicoses infantis, a Síndrome de Asperger, a Síndrome de Kanner (autismo) e a Síndrome de Rett.

As crianças com Transtornos Globais do Desenvolvimento apresentam dificuldades em estabelecer relações sociais. Tem dificuldade para iniciar e manter uma conversa, podendo evitar o contato visual, estabelecendo contato não verbal, ou seja, o uso da fala. Alguns podem apresentar aversão ao toque de outra pessoa, comunicam-se melhor enquanto brincam, mas preferem fixar sua atenção em uma só atividade ou a um objeto, que ficar correndo e brincando com outras crianças.

Os Transtornos Globais do Desenvolvimento causam alterações na concentração, atenção e casualmente na coordenação motora da criança. Em alguns casos, podem ocorrer mudanças de humor repentinas sem causas aparentes e até mesmo acessos de agressividade.

É importante para o desenvolvimento das crianças com transtornos globais de desenvolvimento criar rotinas em grupo e ajudar que ele incorpore regras de convívio social.

A resolução nº 4 de 2 de outubro de 2009 em seu Art. 4º detalha que crianças com Transtornos Globais do Desenvolvimento são aquelas que apresentam um quadro de alteração no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação (Resolução CNE/CEB 4/200/, Seção 1, p. 17).

O autismo afeta a aptidão de a pessoa estabelecer relacionamentos e responder apropriadamente aos ambientes, podem ficar imperceptíveis aos sentimentos alheios em relação a ele, demonstrando pouca ou falta de afetividade.

A) Autismo Clássico

As características do Autismo costuma aparecer antes dos três anos de idade e geralmente em crianças do sexo masculino. O Autista apresenta dificuldade na comunicação e na interação social, além de alterações de comportamento. Ele se expressa na repetição de movimentos, como balançar o corpo, rodar uma caneta, apegar-se a objetos ou enfileirá-los.

O autista tem dificuldades de lidar com mudanças, por menores que sejam, por isso é importante manter seu mundo organizado dentro de uma rotina.

O autismo é um distúrbio crônico, mas que conta com tratamento, que deve ser aplicado por equipe multidisciplinar, tão logo seja feito o diagnóstico.

O autista pode desenvolver falta de interesse pelo relacionamento e ter dificuldades na compreensão de como estabelecer essas relações em seus contextos de vivência. Nesse sentido, o papel da escola é imprescindível, pois promove situações em que ele pode produzir estratégias próprias para lidar com as dificuldades nas relações sociais.

Os autistas apresentam grau variado de deficiência intelectual, por isso, alguns desenvolvem habilidades específicas, como a memorização de números ou entender bem sobre informática.

B) Síndrome de Asperger

A Síndrome de Asperger é um Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), de origem genética, com semelhança com o autismo.

A criança com Asperger não sofre grandes comprometimentos cognitivos e por isso, não apresenta grandes atrasos na fala. Apresenta habilidades incomuns, como a memorização de sequências matemáticas e costumam despertar interesse pelo mesmo tema, durante um longo período. Também tem dificuldade na compreensão de metáforas e ironias e a estrutura de seu pensamento acontece de forma bem concreta. Ao contrário do autismo, a criança com Asperger, pode apresentar dificuldades em usar os movimentos corporais, utilizar gestos em sua comunicação, se apega a rituais, tendo mais facilidade para realizar tarefas que estão dentro de sua rotina.

C) Síndrome de Rett

Doença provocada por mutação genética que atinge na maioria dos casos crianças do sexo feminino. Caracteriza-se pela perda progressiva de funções neurológicas e funções motoras, em geral as características apresentam até os 18 meses de vida. Após esse período, a fala, a capacidade do uso das mãos e a capacidade de andar começam a regredir, sendo substituído por movimentos involuntários ou repetitivos.

A criança com síndrome de Rett apresenta problemas no crescimento, anormalidades respiratórias e do sono entre 2 e 4 anos de idade. A partir dos 10 anos de idade, surge o aparecimento de escolioses e rigidez muscular e algumas crianças perdem totalmente a mobilidade, nos casos mais graves.

A Síndrome ou Transtorno de Rett é caracterizado essencialmente, segundo a Associação Americana de Psiquiatria, (2002, p.104), pelo “desenvolvimento de múltiplos

déficits específicos, como dificuldade de aprendizagem depois um tempo de funcionamento normal durante os primeiros meses de vida” das crianças.

5.3. Deficiência Visual

Representa a diminuição ou perda da capacidade de visual de modo definitivo, são os casos que não podem ser corrigidos com auxílio de lentes ou por procedimentos cirúrgicos.

A cegueira é uma alteração grave ou total de uma ou mais funções elementares da visão. Entende-se pela completa perda da visão, podendo ter ou não a percepção luminosa. Ocorrendo por causas congênitas ou adquiridas decorrentes de causas orgânicas ou acidentais.

Baixa visão é alteração do funcionamento visual em ambos os olhos, mesmo após correção com uso de óculos ou cirurgia.

5.4. Deficiência Auditiva

O Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterada pelo Decreto nº 5.296/2004, estabelece como deficiência auditiva a “perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz”.

A criança com deficiência sensorial deve ser exposta ao ambiente linguístico em seus primeiros anos de vida, para que haja aquisição de uma primeira língua – Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a modalidade escrita da língua majoritária, como segunda língua, considerando a linguagem como uma capacidade humana que se desenvolve na interação com o outro (VYGOSTSKY, 2000) a ausência dessa relação pode interferir de forma negativa no processo de aquisição da linguagem, e apresentar defasagem em seu desenvolvimento linguístico.

Levando em consideração que muita criança sem audição tem pais ouvintes, a escola é ambiente apropriado para aquisição da primeira língua, propiciando interação e integração com os demais alunos e professores.

1. Parcialmente surdo:

- a) Pessoa com surdez leve: perda maior ou menor da percepção normal dos sons. Considera-se surdez leve a perda auditiva de até quarenta decibéis, impossibilitando a percepção de todos os fonemas das palavras.
- b) Surdez moderada: apresentada pela perda da audição de quarenta até setenta decibéis. Há atraso na linguagem e alterações articulatórias, sua compreensão verbal está ligada a sua aptidão para percepção visual e por isso fica prejudicada.

2. Surdo

- a) Surdez severa: apresenta perda auditiva entre setenta e noventa decibéis. O indivíduo ouve apenas tons de voz forte e pode perceber alguns ruídos, tendo o desenvolvimento da fala afetado, podendo falar apenas após quatro ou cinco anos de idade.
- b) Surdez profunda: apresenta perda auditiva superior a noventa decibéis, impossibilitando a identificação da voz humana. Se a alteração auditiva acontecer desde o nascimento, a aquisição da fala e da linguagem pode ser atrasada ou não acontecer.

Para os princípios constitucionais sejam garantidos na vida dos alunos com surdez, a inclusão desse aluno deve acontecer desde cedo, garantindo a utilização de recursos didáticos pedagógicos (língua de sinais - LIBRAS) necessários para a superação das barreiras no processo educacional.

5.5. Deficiências Múltiplas

As Deficiências Múltiplas podem ser causadas por má formação congênita ou por infecções virais causadas a mãe durante a gravidez, que é transmitida ao feto, como é o caso da rubéola, que pode ocasionar o retardo mental e outros problemas como: catarata, cardiopatia e retinopatia. A deficiência múltipla é diagnosticada com a presença de dois ou mais tipos de deficiências, podendo ser deficiência intelectual e física.

6. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) trouxe uma novidade, a compreensão da Educação Especial no âmbito do Atendimento Educacional Especializado, serviço de educação especial que “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008).

Diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento completa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (...) Ao longo de todo o processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. (BRASIL, 2008, p. 16)

O atendimento educacional especializado, é diferenciado do ensino escolar, complementa as atividades de sala de aula e deve ser oferecido em turno contrário das aulas regulares. Cabe à educação especial empregar recursos próprios para alcançar o atendimento, nortear alunos e professores quanto às especificidades e empregar os recursos em sala de aula.

De acordo com Barbosa (2011, p. 99):

A organização do Atendimento educacional especializado considera as peculiaridades de cada aluno. Alunos com a mesma deficiência podem necessitar de atendimentos diferenciados. Por isso, o primeiro passo para se planejar o Atendimento não é saber as causas, diagnósticos, prognóstico da suposta deficiência do aluno. (BARBOSA, 2011, p. 99)

Na organização das atividades propostas levadas ao atendimento especial deve-se dar importância às especificidades de cada estudante e considerar a importância de todos envolvidos no processo de inclusão, professores, gestores e demais funcionários da escola.

6.1. Professores do Atendimento educacional Especializado – AEE

Para trabalhar no atendimento educacional especializado, conforme a resolução CNE/CEB n. 4/2009, art. 12, “o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência”, ou seja, ser licenciado em pedagogia ou disciplinas afins e ser especializado em educação especial.

O professor deve realizar o atendimento de forma complementar ou suplementar à escolarização, levando em consideração as necessidades e habilidades de cada aluno.

As atividades do professor de AEE contemplam:

- Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do estudante;
- Definição do cronograma e das atividades do atendimento do estudante;
- Organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessível; Comunicação Alternativa – CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular;
- Acompanhamento da funcionalidade e utilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e demais ambientes escolares;
- Articulação com professores das classes comuns, nas diferentes etapas e funcionalidade dos recursos utilizados pelo estudante;
- Interfaces com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras.

6.2. Salas de Recursos

A resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 10º, dispõe sobre a obrigatoriedade de a escola regular instituir em seu Projeto Político Pedagógico a oferta do Atendimento Educacional Especializado, prevendo em sua organização:

- I – Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- II – Matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- III – Cronograma de atendimento aos alunos;
- IV – Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
- V – Professores para o exercício do AEE;
- VI – Outros profissionais da educação: tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuam no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;
- VII – Redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a e cursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE. (CNE/CEB, 2009, art. 10º).

A implantação das salas de recursos é um programa do Ministério da Educação, pela concessão dos equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade o atendimento educacional especializado, no atendimento educacional de qualidade ao aluno.

O atendimento realizado nas salas de recursos possibilita condições de aprendizagem ao educando, buscando métodos pedagógicos, levando em conta a diversidade de cada aluno, possibilitando o desenvolvimento profissional e inclusão dos alunos na comunidade escolar.

O programa garante o pleno acesso aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais, em escolas regulares, em igualdade de condições.

As salas são separadas em Tipo I e Tipo II, conforme especificações técnicas dos itens abaixo:

Tabela 1 - Sala de recursos Tipo I

Materiais Didático/Pedagógico	Equipamentos
01 Material Dourado	02 microcomputadores
01 Esquema Corporal	01 Laptop
01 Bandinha Rítmica	01 Estabilizador
01 Memória de Numerais I	01 Scanner
01 Tapete Alfabético Encaixado	01 Impressora laser
01 Software Comunicação Alternativa	Teclado com colmeia
01 Sacolão Criativo Monta tudo	Acionador de pressão
01 Quebra Cabeças – sequência lógica	Mouse com entrada para acionador
01 Dominó de Associação de Ideias	Lupa eletrônica
01 Dominó de Frases	Mobiliários
01 Dominó de Animais em Libras	01 Mesa redonda
01 Dominó de frutas em Libras	04 Cadeiras
01 Dominó tátil	01 Mesa para impressora
01 Alfabeto Braille	01 Armário
01 Kit de lupas manuais	01 Quadro Branco

01 Plano inclinado – suporte para leitura	Mesas para computador
01 Memória Tátil	02 Cadeiras

Itens da Sala Tipo II:

Os recursos disponibilizados na sala tipo II são os mesmo da sala tipo I, com alguns adicionais para garantir acessibilidade aos alunos portadores de deficiência visual:

Tabela 2 - Sala de recursos Tipo II

Equipamentos e Materiais Didáticos/Pedagógico
01 Impressora Braille- pequeno porte
01 Máquina de datilografia Braille
01 Reglete de Mesa
01 Punção
01 Soroban
01 Guia de Assinatura
01 Kit de Desenho Geométrico
01 Calculadora Sonora

7. OBJETIVO GERAL

Analisar o processo de inclusão escolar, focando na relação entre alunos e professores em uma escola do Distrito Federal.

7.1. Objetivos específicos

- Analisar a interação professor-aluno como fator de inclusão.
- Verificar fatores que influenciam a interação entre professor-aluno.
- Verificar a disponibilidades de recursos de acessibilidade, barreiras atitudinais e físicas na escola.

8. JUSTIFICATIVA

Com este trabalho pretendemos apresentar o cotidiano de uma escola inclusiva, conhecendo o trabalho desenvolvido dentro de sala de aula e sala de recursos multifuncionais, pontuando a importância da relação professor-aluno, como um dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento, socialização e autonomia do aluno com Necessidades Educativas Especiais.

9. METODOLOGIA

O presente estudo propõe apresentar uma visão geral do cotidiano da educação inclusiva dentro da escola, utilizando entrevista semiestruturada, que se caracteriza por sua espontaneidade, dando liberdade ao entrevistado de fazer suas considerações, possibilitando flexibilidades nas respostas, período de observação realizado na sala de em sala de aula, sala de recursos multifuncionais e pesquisa bibliográfica.

A visita à escola aconteceu em quatro momentos distintos, observando a convivência entre alunos e professores em sala de aula comum durante dois dias, o acompanhamento oferecido na sala de recurso em um dia e passeio pela escola na intenção de conhecer as estações e áreas comuns a todos os alunos. Além da observação foi criado um questionário para realização de entrevista semiestruturada, visando conhecer os sujeitos da pesquisa e estabelecer uma relação de confiança com os resultados apresentados.

Buscou-se identificar como acontece a relação professor aluno em sala de aula e convivência com os colegas de turma. A relação entre alunos acontece naturalmente como toda sala de aula, o convívio possibilita o conhecimento e promove a interação entre eles.

A relação professor-aluno é recíproca, o professor retribui atenção quando é solicitado, ele busca conversar e entender, para depois agir. Nesse contexto, observar a rotina das aulas e o acompanhamento oferecido na em classe comum e sala de recurso possibilita maior entendimento sobre o processo de inclusão em uma escola da rede pública de ensino.

9.1. Caracterização do local do estudo

A educação inclusiva vê o aluno de forma individualizada, contemplando suas habilidades e aprendizagem de forma colaborativa, em grupo, onde todos podem participar do processo de ensino aprendizagem, cada um com sua experiência.

A escola pesquisada é um local em construção, considerando que ainda está em desenvolvimento do seu processo de inclusão. Embora a sociedade tenha o dever de estar

preparada para atender a diversidade, tendo a consciência de que todas as pessoas têm as mesmas necessidades de aprender e viver livremente, a escola precisa estar pronta para a inclusão, não esperar que o aluno chegue para então descobrir ou aprender como serão as adaptações, é necessário criar ambientes e atividades que possam incluir qualquer pessoa.

A acessibilidade em escolas públicas já deveria estar adequada à espera do aluno com necessidades educativas especiais, seja ele limitado por questões físicas ou intelectuais.

Não existe um tipo de necessidade que exclua o aluno especial da rede pública de ensino em classe regular, por isso, o grande desafio de incluir sem excluir.

A escola pesquisada fica localizada na III Região Administrativa do Distrito Federal, população local, 221 mil habitantes, é considerada autossuficiente, com indústria moderna, comércio forte e bem variado.

O Centro de Ensino Fundamental atende aluno do 6º, 7º, 8º e 9º somando um total de 870 alunos atendidos pela rede pública de ensino do DF. São mais de 100 funcionários entre professores, gestores e equipe técnica dedicados ao atendimento do aluno: docência, secretaria, coordenação pedagógica, cantina e vigilância.

A escola pesquisada teve sua estrutura adaptada para receber uma aluna cadeirante, dando acesso as principais áreas da escola como sala de aula e banheiro. A adaptação foi realizada pela gestão da escola, juntamente a comunidade escolar, após avaliação da necessidade.

Em sua estrutura física, possui quadra de esportes, onde são realizadas aulas de educação física, jogos de vôlei, futsal e outras atividades que ajudem no desenvolvimento cognitivo, dando a oportunidade para que, por meio do esporte seja desenvolvida a aprendizagem do aluno.

A escola tem em seu interior uma área livre e coberta, um pátio, onde são realizadas algumas festividades, como feiras do livro e outros tipos de apresentação de trabalhos.

Os alunos contam com um bicicletário na área interna da escola, onde podem guardar suas bicicletas com maior segurança, estimulando o uso do veículo como meio de transporte e incentivando a prática de esporte.

Em suas dependências a escola possui biblioteca, servindo como instrumento de apoio ao professor no processo de ensino aprendizagem, estimulando e provocando o aluno a adquirir o hábito de leitura, possibilitando ao aluno maior acesso a livros, permitindo a realização de pesquisa e servindo como lugar apropriado para realização de trabalho que demandem atenção do aluno.

A escola conta com o apoio de uma sala de leitura, onde os professores podem levar seus alunos e desenvolver atividades de leitura compartilhada e colaborativa, democratizando o acesso ao conhecimento.

A escola possui 01 aparelho de DVD e um televisor, permitindo ao professor a elaboração de atividades mais flexíveis, utilizando outros métodos de ensino, além dos utilizados em sala de aula, a fim, de facilitar a compreensão do aluno.

A escola possui laboratório de informática, com 30 computadores e internet banda larga. O laboratório de informática pode ser muito útil ao aluno que não tem habilidades com a informática. Com o manuseio contínuo poderá adquirir boa digitação, aprender a criar textos, planilhas e utilizar as ferramentas de acesso à internet, possibilidades que irão qualificar para o trabalho. Nesse contexto, a sala de informática é uma necessidade, assim como uso do quadro e do giz dentro do processo de ensino aprendizagem.

Os alunos têm acesso ao laboratório no contra turno das aulas, podendo estudar, realizar algum trabalho solicitado durante as aulas ou apenas visitar um site da internet, tudo acompanhado de um profissional que atende e organiza o trabalho na sala de informática.

A escola possui sala de direção, sala de professores, sala de coordenação pedagógica, secretaria e cantina.

9.2. Participante da pesquisa

Participou da pesquisa 01 (um) professor, que atende a sala de recursos. O entrevistado tem 40 anos, é especializado em Educação Especial e Inclusiva, trabalha com educação inclusiva há dois anos.

Participou do momento de observação na sala de recursos, o monitor Tiago, que trabalha com alunos com necessidades educacionais especiais há quatro anos, realizando tarefas de ajuda no deslocamento dos alunos com deficiência física, e ajuda na comunicação, anotações em sala de aula, e mediação de conteúdos passados pelo professor para alunos que tenham deficiências intelectuais, deficiências visuais, auditivas e múltiplas.

9.3. Período de observação

Participou 01 (um) um professor do ensino regular com seus 25 alunos, sendo 03 alunos com necessidades educativas especiais.

Tabela 3. Dados dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Nome	Idade	Série	Deficiência
João Carlos	16	7º Ano	Autista Clássico
Rosemary Santana	13	7º Ano	Baixa visão
Maria Vitória	12	7º Ano	Deficiente físico

9.4. Análise dos dados

A) Visita realizada em uma Escola Inclusiva no Distrito Federal – Sala de Recursos Multifuncionais

Este relatório apresenta visita realizada no em uma Escola Publica do Distrito Federal.

Recebida pela vice-diretora Eliane, que prontamente me encaminhou para a sala de recursos, onde naquele momento estava sendo atendido um aluno com Necessidades Educacionais Especiais.

Recebida pelo professor Neto, responsável pela sala de recursos e pelo monitor Tiago que acompanhava o aluno João na realização de uma prova, que a princípio deveria ser realizada em sala de aula, juntamente com a classe regular.

Professor Neto relatou seu trabalho de 40 horas semanais realizado na sala de recursos. Segundo o professor, está na escola há quase dois anos trabalhando com alunos que possuem Necessidades Educacionais Especiais, alunos com Transtorno Globais do Desenvolvimento e Deficiência Física.

A escola recebe alunos com Transtorno Global do Desenvolvimento, ou seja, recebe alunos com Autismo e também deficiência física.

No decorrer da entrevista, que aconteceu durante a aplicação da prova ao aluno João, aluno com necessidades educacionais especiais, no caso, o Autismo, o monitor Tiago informou que o aluno estava realizando a prova na sala de recursos porque estava nervoso com os colegas de turma, que muitas vezes o provocam, fazem zombarias e acabam praticando *Bullying* com João. Neto frisou que o aluno sempre faz acompanhamento em horário contrário ao das aulas, na sala de recurso. Mas a questão da falta de compreensão dos colegas e da prática de *Bullying* é um fator que atrapalha o desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais. Segundo relato do professor existem alunos que chegam à escola sem conhecimento sobre a inclusão e não aceitam as diferenças, criando barreiras atitudinais.

Professor “A escola é responsável por introduzir o aluno na vida pública. Muitos pais tem essa consciência, mas ainda existem crianças que chegam à escola, sem conhecimento e não aceitam as diferenças. É mais fácil aceitar um cadeirante, que tem apenas limitações físicas, isso acaba afetando o emocional das crianças que acabam ajudando e tratando com cuidado. Mas aceitar um aluno autista, por exemplo, é mais difícil, porque em casa as crianças não aprendem a lidar com as diferenças”.

Após análise ficou evidente a existência de barreiras atitudinais, existe preconceito por parte de alguns colegas, que não aceitam, por exemplo, conviver com um aluno autista que se movimenta muito e repete a mesma frase inúmeras vezes.

Auxiliadas pelo professor Neto, tivemos acesso à aluna Rosemary Santana, que hoje aos treze anos de idade, tem um histórico com baixa visão, que acabou afetando sua aprendizagem, devido ao diagnóstico tardio e à aluna Vitória, que é cadeirante. Vitória não sofre preconceito por parte dos alunos, ao contrário, existe uma solidariedade, uma simpatia com a aluna, talvez por ela ter seu desenvolvimento intelectual normal isso facilite a comunicação e inclusão entre os alunos.

Verificou-se durante a visita que alunos com necessidades educativas especiais causadas por distúrbios mentais, sofrem mais preconceitos por parte dos colegas de salas, fato que evidencia a necessidade de criar ambientes inclusivos para que os alunos se habituem a compartilhar e conviver com as diferenças.

O professor Neto informou que a escola é um lugar de crescimento, de desenvolvimento, isto é, a escola deveria cumprir seu papel social de formar e preparar os alunos. Porém, os próprios professores não aceitam alunos com necessidades educacionais especiais em sala regular por acreditar que a presença demanda mais atenção por parte do professor, o que acaba interferindo na qualidade de ensino de toda turma.

De acordo com a LDB, o atendimento às crianças NEEs deve ser realizado preferencialmente na rede regular de ensino tendo sido diminuída a quantidade de Escolas Especiais, esse fato é bom para propiciar o desenvolvimento social da criança, por outro lado, pode prejudicar o desenvolvimento intelectual quando esta criança não se sente incluída na escola regular.

Art. 58 . Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Redação dada pela Lei n 12.796, de 2013).

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. (LDB, LEI 9.394/96).

O professor destaca que a maior dificuldade é o preconceito por parte da sociedade que não está preparada para receber o aluno com necessidades educacionais especiais. Os próprios professores sentem-se despreparados, e acabam concordando com o ato da segregação, concluindo que a melhor forma seria a escola especializada.

Segundo o professor, existe um formulário de adequação, o Plano AEE , onde os professores das salas de recursos destacam as necessidades de cada aluno e, através do formulário, procuram formas de melhorar o trabalho e ajudar no desenvolvimento do aluno, destacando nele o tipo de avaliação apropriado a cada aluno, habilitando-o para o próximo ano de ensino.

A escola procura incluir as crianças, para isso, a orientadora conversa com as turmas onde existem alunos com necessidades educacionais especiais aluno especial, passando a importância da convivência para o desenvolvimento dos alunos especiais.

Existe um dia da semana onde o lanche dos alunos é servido no pátio para que as crianças compartilhem momentos simples e que possam colaborar para o crescimento intelectual de cada com necessidades educacionais e as consideradas normais. No terceiro bimestre foi incluído o tema “Inclusão” em todas as disciplinas e os alunos tiveram acesso a realidade vivida da inclusão em aulas interdisciplinares.

Percebe-se que ainda falta muito para uma escola ser realmente inclusiva, contudo com a participação dos profissionais que trabalham nessas escolas é possível chegar o mais próximo de uma escola inclusiva de qualidade.

B) Observação sala de aula - 1 Aula.

Sugeriu-se ao professor que o período de observação fosse realizado do fundo da sala de aula, para não interferir no andamento das atividades proposta em seu plano de aula.

Após apresentação, o professor sugeriu que a observação fosse realizada a frente da sala de aula, junto à mesa do professor, dessa forma, manteria todos os alunos olhando para frente, e não desviaria o foco das crianças.

Turma do 7º ano, com alunos na faixa etária de 11 aos 16 anos, mostrou-se intimidada com minha presença do observador, e permaneceu em silêncio na maior parte do tempo.

O professor realiza, uma vez por mês em sala de aula, um projeto de conscientização sobre o uso correto da água.

Projeto: “Planeta Sustentável”.

Conteúdo: Água, uso e consumo.

Plano de aula para 04 aulas.

Material utilizado: Tinta guache, algodão, cartolina, copos de plástico, recipientes plásticos, plástico de lixo, garrafas pet e água.

Foi a segunda aula do projeto e a turma já havia construído uma parte do material para exposição.

O professor iniciou a aula falando sobre o ciclo da água no planeta terra, mostrando para a turma todo o percurso percorrido a partir das chuvas.

Cada grupo ficou responsável por uma parte da construção do painel ilustrativo sobre o ciclo da água.

O grupo do João (autista - 16 anos) ficou responsável pela criação do lago e pela evaporação da água.

Rosemary Santana, aluna com diagnóstico de baixa visão, colaborou na construção da evaporação da água, usando algodão nos efeitos da evaporação, enquanto, João ficou responsável por criar o curso da água, usando tinta guache azul para dar cor ao lago, e o restante do grupo responsável pela evaporação da água.

Percebeu-se que João é um aluno querido pela turma, devido a sua simpatia, tem bom relacionamento com os colegas.

Uma de suas colegas relatou que João está sempre sorrindo e não atrapalha a concentração dos demais colegas, a não ser quando uma das meninas sai da rotina e usa sapatilhas, o que causa certa euforia no aluno, devido à fixação em sapatos femininos.

A aluna Vitória Maria, cadeirante, fazia a distribuição do material entre os grupos, circulando toda sala, levando aos grupos o material solicitado para realização do trabalho.

Na sala de aula surgem momentos de conflitos envolvendo João e os demais colegas. Alguns alunos o chamam de nenenzinho e João fica irritado com as brincadeiras dos colegas, situação considerada normal pelo professor, que só entra com intervenção no caso da brincadeira se repetir insistentemente. Porém, João sempre se afasta e volta às atividades.

O professor informou que suas intervenções nesse caso são sempre direcionadas ao grupo envolvido, chamando atenção para as diferenças entre uma criança e João, tentando mostrar para os colegas que eles estão agindo como criança, rotulando e tratando João como se fosse uma criança. Durante o período de observação, não ocorreu nem um tipo de conflito entre os alunos, o professor se mostrou receptivo a todos de forma igualitária, atendendo todos os chamados e questionamento dos alunos.

O professor informou que os colegas não querem ser tratados como crianças e ao serem comparados ficam constrangidos e pedem desculpas a João.

A aula correu normalmente com a participação do professor em todos os grupos.

Durante a observação, foi notável a importância da integração entre a turma e o professor, havia um ambiente colaborativo, os alunos se expressavam com alegria no desenvolvimento das tarefas. O processo de inclusão foi evidenciado ao presenciar o envolvimento de todos os alunos durante a criação do mural, houve desenvolvimento do

processo de ensino-aprendizagem, quando as dúvidas iam sendo tirada pelo professor e os alunos conseguiam entender o objetivo da atividade.

C) Observação sala de aula - 2 Aula.

Projeto: “Planeta Sustentável”.

Conteúdo: uso correto da água.

Material utilizado: água, tinta guache, cartolina, revistas, algodão palitos, caixas de fosforo, tampinhas, papel de balas, saco de lixo azul, durex, copos plásticos e uma caixa de resma de papel A4 vazia.

A turma foi dividida em 04 grupos para realização da tarefa: as margens dos rios. Os grupos ficaram responsáveis pela agregação de objetos que prejudicam as nascentes e causam prejuízos a natureza.

João foi o primeiro a colocar agua dentro da caixa, o que gerou certo ruído entre os alunos, pois a caixa deveria ser coberta e impermeabilizada com saco plástico antes da agregação dos objetos. Nesse momento, evidenciou-se o preconceito por parte dos colegas, chamando atenção de João, tentando ensinar o que deveria ser feito, o tom de voz elevado, pode ter causado constrangimento ao aluno, que permaneceu quieto por um determinado tempo.

O professor não interferiu verbalmente, chamando atenção dos colegas. Porém, mandou que os alunos fossem até a secretaria da escola e fizessem aquisição de outra caixa. O professor poderia ter usado sua autoridade para chamar atenção da turma a respeito da precipitação de João, informando aos alunos que qualquer aluno poderia agir da mesma forma, caso não tivesse entendido a atividade proposta.

A aluna Maria Vitória por ser cadeirante, tem dificuldade de locomoção dentro da sala de aula devido ao número de cadeiras disponíveis. Diante disso, os demais colegas ajudam a conduzi-la mais rapidamente ao local desejado.

Rosemary, aluna com quadro de baixa visão não apresentou dificuldade durante a realização do trabalho e colaborava com a construção das margens do rio.

A aula foi bem barulhenta, todos os alunos foram agregando os objetos às margens do rio, conforme orientação do professor.

Muitas vezes o professor usava um tom de voz mais firme para chamar atenção da turma e diminuir o barulho.

João é um aluno independente, compreende bem o que é proposto pelo professor, mas se distrai com facilidade, o que exige do professor mais atenção no sentido de chamar atenção do aluno para o foco da atividade, e estar ao seu lado constantemente durante a realização do trabalho. Atitude que ajuda no desenvolvimento do aluno e contribui com o processo de ensino-aprendizagem, já que o autista apresenta dificuldade de comunicação e interação social.

No final do trabalho, as margens do rio estavam completamente entulhadas de lixo, o curso do rio estava bem estreito devido ao excesso de material depositado em suas margens, acarretando diminuição o fluxo das águas e poluição do rio.

O professor conversa com a turma sobre a escassez de água em nosso planeta e pede que os alunos façam observação do uso da água em sua casa: verificar se a mãe lava a calçada com a mangueira, se os familiares fecham a torneira ao escovar os dentes e lavar louças.

9.5. Análise da entrevista

Esta pesquisa de campo coletou informações através de entrevistas semiestruturadas, realizadas com um professor da sala de recursos multifuncionais. Abaixo, apresentamos as perguntas e as respostas dadas pelo professor.

1 - Sobre nome, idade, tempo que trabalha com atendimento educacional especializado. O professor responde: “Meu nome é Neto, tenho 40 anos e trabalho com alunos da AEE há quase dois anos”.

2 - Sobre as horas trabalhadas na sala de recursos multifuncionais. O Professor, “Faço quarenta horas semanais”.

3 - Sobre sua formação para trabalhar com educação inclusiva. Professor, “Especialização em Educação Especial e Inclusiva.”.

Conforme apresentado, o professor em seus quase dois anos trabalhando em sala de recurso, tem pouca experiência de trabalho.

4 - Sobre dificuldade de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais e o que mais prejudica o trabalho pedagógico. Professor: “Vou falar sobre o João, que é o aluno mais próximo. No caso a distração é muito comum, ele percebe e se distrai com qualquer movimento dentro da sala. No caso, identificamos alguns objetos e ruídos que chamam atenção dele, como por exemplo, caixa de lápis que ficavam em cima das mesas, ele se distraia e não conseguia concentrar nas atividades. Agora, vamos disponibilizando aos poucos na medida da necessidade, caso contrário ele se atém a todas e não foca na atividade”.

O professor mostrou-se atento, buscando eliminar todo e qualquer tipo de interferência durante a realização das tarefas, fazendo uma observação completa e retirando objetos que poderiam causar distração ao aluno, propiciando ao aluno um ambiente apropriado para desenvolver suas habilidades e estabelecer uma rotina de aula.

5 - Pergunta sobre o preparo e dificuldades para realizar a inclusão. Professor: “Em relação a minha preparação, posso dizer que a princípio a sociedade não está preparada, os profissionais também não, mas a prática aperfeiçoa e vamos entendendo como lidar com cada aluno. Tentar compreender o aluno é muito importante. Muitas vezes esse aluno chega à escola nervoso com a própria família, e aqui é o lugar da compreensão. Trabalho muito com a motivação deles e procuro criar vínculos com ele conhecendo seu dia com a família, conhecendo a rotina da casa”.

O professor demonstrou a falta de preparo quando justificou que a sociedade não está preparada, mas manifestou interesse quando disse ser importante conhecer a rotina do aluno, criando vínculos que possam colaborar com seu trabalho.

6 - Sobre o papel do professor da Educação Inclusiva. Professor: “Estimular o reconhecimento das diferenças, papel importante no momento da socialização, todos”.

Acredita que a inclusão beneficia todos os envolvidos no processo educativo, não apenas o aluno com necessidades especiais educacionais, todos necessitam da mesma atenção.

Conhecer para respeitar, conhecendo as fragilidades, ou melhor, as necessidades, pode-se dar maior significado às relações.

7 - Sobre os alunos recebidos pela escola. Professor: “Recebemos alunos com Transtorno Global de Desenvolvimento e Deficiente”.

8 - Sobre o trabalho realizado na sala de recursos multifuncionais. Professor: “A sala de recurso é um local de aprendizagem para o aluno. O mais importante é conhecer o aluno para depois desenvolver o plano de trabalho. Temos o aluno João e o trabalho realizado com ele aqui na sala de recursos e sempre estimulando o João a compreender situações com uso de figuras, já que pra ele fica mais fácil a compreensão visual. No desenvolvimento da fala, trabalhamos com histórias utilizando desenhos em miniaturas e juntos podemos construir uma história”.

Mesmo com pouca experiência o professor tem a mentalidade de que conhecer o aluno, conhecer suas necessidades é fator importante para utilizar os recursos e ajudar o aluno no desenvolvimento de suas habilidades.

9 - Sobre preconceitos por parte dos colegas das classes regulares em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais. Professor: “A escola é responsável por introduzir o aluno na vida pública. Muitos pais tem essa consciência, mas ainda existem crianças que chegam à escola sem conhecimento e não aceitam as diferenças. É mais fácil aceitar um cadeirante, que tem apenas limitações físicas, isso acaba afetando o emocional das crianças que acabam ajudando e tratando com cuidado. Mas aceitar um aluno autista, por exemplo, é mais difícil, porque em casa as crianças não aprendem lidar com as diferenças”.

Após análise ficou evidente a existência de barreiras atitudinais, existe preconceito por parte de alguns colegas, que não aceitam, por exemplo, conviver com um aluno autista que se movimenta muito e repete a mesma frase inúmeras vezes.

10 - Sobre local onde os alunos com necessidades educacionais especiais realizam suas tarefas, se em classe comum. Professor: “Sim. O João sempre faz suas tarefas junto à turma. Mas por ser muito nervoso, muitas vezes é necessário que o monitor o leve para a sala de recurso, para que tenha tranquilidade para fazer suas atividades, já que muitas vezes os demais colegas o provocam por ele ter 16 anos e ainda estar no segundo ano”.

11 - Sobre como avalia o processo de ensino aprendizagem dos alunos. Professor: “O processo de ensino aprendido é baseado na prática pedagógica utilizada a favor e pensando na necessidade do aluno, mas a aprendizagem decorre de um bom relacionamento. Um relacionamento positivo gera um trabalho construtivo, o professor exerce influência sobre a aprendizagem do aluno e por isso deve manter um ambiente tranquilo e harmonioso”.

Levar o aluno João para realizar tarefas na sala de recurso em horário de aula pode ser considerado como momentos de exclusão, onde apenas, o aluno público alvo da sala de

recursos é retirado da sala, e o restante dos alunos sem deficiência permanecem na turma. O atendimento educacional especializado prepara o aluno para desenvolver habilidades, os instrumentos de apoio como a sala de recurso servem para facilitar o desenvolvimento do aluno no processo de aprendizagem, a sala de recursos não pode servir como ambiente de segregação.

O bom relacionamento entre o professor e alunos pode favorecer no processo de aprendizagem, quando o professor não é visto como opressor, o processo de ensino aprendizagem gira em torno da prática, conteúdo e professor.

12 - Sobre a existência de projetos que envolva todos os alunos, influenciando a inclusão. Professor: “Existe um dia da semana, onde o lanche dos alunos é servido no pátio para que as crianças sintam-se iguais e compartilhem momentos simples e que colaboram para o crescimento de cada criança”. O terceiro bimestre foi incluído o tema “Inclusão” em todas as disciplinas e os alunos tiveram acesso a realidade da inclusão em aulas interdisciplinares, na semana de encerramento das atividades de inclusão, a escola trouxe uma banda musical, formada por alunos com necessidades educacionais especiais, para fechamento das atividades, realizando um espetáculo musical para alunos de toda a escola.

Acredita-se que um momento onde todos os alunos estejam juntos, contribui como processo de inclusão. Mas não pode ser considerado um projeto inclusivo, onde deve ser trabalhada a mudança de mentalidade das crianças, mudança que não pode ocorrer com apenas dois meses de trabalhando sobre a inclusão, para que haja mudança de atitude e mentalidade é necessário trabalho diário voltado para conscientização dos alunos.

Todas as crianças são bem vindas a escola. Incluir é inovar, é viabilizar o direito de todos a participarem juntos de uma sociedade, compartilhando as diferenças, aprendendo e crescendo juntos, o que influencia no desenvolvimento social, estimulando e possibilitando a capacidade de aprender.

Pergunta sobre as dificuldades no processo de inclusão em sua escola. Professor, “O preconceito é nossa maior dificuldade”.

13 - Sobre dificuldades enfrentadas pelos alunos deficientes, em relação à estrutura física da escola. Professor: “Foram adaptadas entradas principais e banheiros, mas existem alguns lugares que o cadeirante não tem acesso, por exemplo, a horta da escola e a quadra de

esporte. O professor realiza as atividades no pátio da escola, que é mais provável ou leva a aluna até a quadra de esportes com ajuda do monitor”.

14 - Sobre pontos positivos e negativos da inclusão. Professor: “Os pontos positivos são as oportunidades de conscientização da população em relação ao direito de todos, sem preconceitos. Pontos negativos, posso dizer que a falta de preparo dos envolvidos no processo de inclusão: gestão da escola e até familiares. Tentar compreender o aluno é muito importante. Muitas vezes esse aluno chega à escola nervoso com a própria família e aqui é o lugar da compreensão. Trabalho muito com a motivação deles e procuro criar vínculos com eles conhecendo seu dia com a família, conhecendo a rotina da casa”.

A escola deve estar preparada para receber alunos com necessidades educacionais especiais, direito garantido pela Constituição Federal, todos são iguais e realizar adaptações pode ser considerado um trabalho amador e causar constrangimento ao aluno e familiares que necessitam do atendimento.

15 - Sobre a participação da família no processo de inclusão. Professor: “Geralmente a família entrega o filho na escola e recebe na saída. Creio que falta conhecimento da situação do filho, no caso, os pais acabam tratando os filhos como criança, o que não favorece o desenvolvimento do aluno”.

16 - Sobre a importância de a família estar junto à escola no processo de inclusão. Professor: “A importância da Família pode influenciar positivamente no psicológico do aluno, ajudando no desenvolvimento do filho. Os familiares devem conhecer as necessidades de seu filho e a partir desse conhecimento trabalhar junto com a escola, em colaboração, ajudando na autonomia desse aluno”.

17 - Sobre a participação da família em reuniões e outros eventos realizados pela escola. Professor: “Sim. A Família participa das reuniões de turma para receber notas dos alunos e sempre acompanha os filhos em eventos oferecidos pela escola”.

A família deve tratar o filho de forma mais natural possível, permitindo que ele cresça, amadureça e tenha responsabilidades. Acredita que tratar o filho como se ele fosse eternamente “criança”, será muito negativo para o desenvolvimento do aluno, isso pode afetar o psicológico e impedir que esse aluno alcance sua autonomia.

18 - Sobre a interação entre professor, como é estabelecida essa relação na sala de recursos. Professor: “Tentar compreender o aluno é muito importante. Muitas vezes esse aluno chega à escola nervoso com a própria família, é aqui é o lugar compreensão. Trabalho

muito com a motivação deles e procuro criar vínculos com ele conhecendo seu dia com a família, conhecendo a rotina da casa”.

19 - Como o professor reage em momentos de conflitos. Professor: “Melhor caminho é buscar a confiança dos alunos, assim posso exercer minha autoridade, sem causar danos Emocionais. O aluno precisa entender que sou amigo”.

20 - Como o professor avalia o fator repressão dentro da sala de Recursos. Professor: “A repressão traz medo, isso pode causar fracasso no aprendizado. Confiança é importante entre professor e aluno, principalmente porque estamos falando de crianças que apresentam dificuldades e necessidades educativas diferentes”.

A conscientização sensibiliza os alunos para eliminação das barreiras atitudinais, possibilitando maior participação na vida em sociedade.

A família deve conhecer as limitações de seus filhos para trabalhar em parceria com a escola, participando de momentos e experiências entre família e escola, possibilitando ao aluno a interação social e convívio com todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

A interação entre professor e aluno é um importante fator no processo de inclusão. A prática do diálogo cria uma relação de confiança, resultando em relacionamentos de compreensão e troca mútua, gerando desenvolvimento social e cognitivo.

10 . RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente monografia é uma síntese das observações feitas em uma Escola de Ensino Fundamental do DF a respeito do processo de inclusão.

Verificou-se, após o período de observação, que as salas de aula possuem visualização bem diferenciada das demais salas de outras escolas. As paredes são mais limpas, com pouca exposição de trabalhos realizados pela turma, dando a impressão de clareza e leveza, proporcionando um ambiente acolhedor para o aluno com Necessidades Educacionais Especiais, que exige mais atenção devido a suas especificidades.

A escola não possui estrutura física adequada para receber um aluno deficiente físico. Existem barreiras, como a falta de rampas de acesso à quadra de esporte, local apropriado para realizar aulas de educação física. Existem adaptações realizadas pela comunidade escolar, mas as escolas deveriam estar preparadas para atender requisitos da acessibilidade, pois a falta destas modificações pode ocasionar constrangimento ao aluno, que poderá sentir-se rejeitado e ter seu desenvolvimento pedagógico prejudicado.

O professor demonstra disposição para ensinar o aluno, criando uma relação de confiança, permitindo que a turma compartilhe suas experiências, criando um ambiente de comunicação favorável ao processo de aprendizagem. Porém, em situações de conflitos entre os alunos, demonstra certa insegurança e prefere agir de maneira neutra, não chamando atenção dos alunos envolvidos nos conflitos, aceitando a situação.

A partir do conhecimento sobre as necessidades de cada aluno, o professor tem maiores possibilidades de intervir no processo de aprendizagem, utilizando recursos pedagógicos, adequados as necessidades específicas de cada aluno.

O processo de ensino-aprendizagem abrange todas as ações desenvolvidas pelo professor em sala de aula: relação professor-aluno, exposição do conteúdo, resolução de conflitos, capacidade de ouvir, estimular e motivar a turma. Toda experiência vivenciada em sala de aula, interfere significativamente no resultado da aprendizagem.

As percepções em volta do aluno autista devem ser voltadas para uma metodologia visual, pois esses alunos podem apresentar restrições no processo de aquisição da linguagem.

Cabe ao professor ter a sensibilidade para entender como os recursos pedagógicos podem ser aplicados, criando possibilidades visuais que auxiliam a aprendizagem do aluno, proporcionando um ambiente mais silencioso, que não tire a atenção, usando computadores, adaptando a educação desse aluno ao que é necessário para seu desenvolvimento.

Evidenciou-se que a relação entre alunos com Necessidades Educacionais Especiais e o professor serve como estímulo para a motivação de cada aluno, pois a inclusão é um processo dinâmico, interativo e contínuo, dependendo sempre das relações sociais para o alcance dos resultados. A atenção dedicada ao aluno com necessidades educacionais especiais é importante, porque o aluno autista tem dificuldade para estabelecer comunicação e interação social.

Evidenciou-se, após o período de observação e pesquisa realizada com o professor, que uma das grandes dificuldades na realização da inclusão ainda é o preconceito por parte de professores e alunos. As barreiras físicas também representam ponto negativo no processo de construção da inclusão, quando a escola deve estar preparada para receber alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

A inclusão não é uma tarefa fácil de ser realizada, cabe ao professor romper seus próprios obstáculos, enfrentando as dificuldades, sendo tolerante, para que a escola cumpra seu papel inclusivo. A escola precisa ser o reflexo da vida lá fora, a inclusão vai além de ter rampas de acessos e banheiros adaptados, é necessário criar consciência para entender e reconhecer o outro, a inclusão significa interagir com o outro, e ter o privilégio de compartilhar com pessoas diferentes de nós, acolhendo uma às outras.

O resultado do estudo poderá servir de incentivo para a própria escola rever suas ações, auxiliando-as em novas reflexões que possam contribuir para uma educação inclusiva.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inserir alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino é o primeiro passo para prática da inclusão, observando as medidas pedagógicas que garantam o acesso à aprendizagem e colaborem para que o aluno adquira autonomia e se capacite para o exercício da cidadania.

A observação das aulas permitiu analisar o interesse do professor pelo desenvolvimento do aluno, preparando ambiente adequado para o sucesso do processo de ensino aprendizagem, preparando para o aluno um ambiente prazeroso, adequado às necessidades dos alunos.

A disposição do professor em ouvir o que o aluno tem para falar, cria uma relação de confiança, que auxilia a aprendizagem e desenvolvimento do aluno.

A boa relação praticada em sala de aula entre professores e alunos, motiva o aluno no desenvolvimento de suas atividades pedagógicas, o que afeta consideravelmente no resultado na comunicação e interação com os demais colegas.

Segundo Paulo Freire (1996, p. 52), “saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou sua construção.” Isso ocorre quando o professor planeja as atividades, busca maneiras que ajude no processo de ensino-aprendizagem, para que essa troca seja eficaz, o bom relacionamento faz toda diferença na vida do aluno, e por isso deve estar receptivo ao professor.

A inclusão não é uma tarefa fácil de ser realizada, cabe ao professor romper seus próprios obstáculos, enfrentando as dificuldades, sendo tolerante, para que a escola cumpra seu papel inclusivo.

Após análise da entrevista, evidencia-se que a inclusão beneficia todos os envolvidos no processo educativo, não sendo beneficiado apenas o aluno com necessidades especiais educacionais.

O processo de ensino e aprendizado é baseado na prática pedagógica utilizada a favor e pensando na necessidade do aluno, mas a aprendizagem decorre de um bom relacionamento.

Um relacionamento positivo gera um trabalho construtivo. O professor exerce influência sobre a aprendizagem do aluno e por isso deve manter um ambiente tranquilo e harmonioso.

Planejar momentos de integração as turmas durante as refeições e compartilhar informações sobre a inclusão dentro das disciplinas é dar oportunidade para que todos conheçam e valorizem as diferenças.

Acredita-se que um momento onde todos os alunos estejam juntos, contribui como processo de inclusão. Mas não pode ser considerado um projeto inclusivo, onde deve ser trabalhado a mudança de mentalidade das crianças, mudança que não pode ocorrer com apenas dois meses de trabalhando sobre a inclusão, para que haja mudança de atitude e mentalidade é necessário trabalho diário voltado para conscientização dos alunos. Onde há inclusão, existe respeito às diferenças.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM IV)**. 4. Ed. Porto alegre: Artes Médicas, 2002.

ALMEIDA, M . A. **Apresentação e análise das definições de deficiência mental proposta pela AAMR – Associação Americana de Retardo Mental de 1908 a 2002**. In: Revista de educação, PUC-Campinas, n. 16, p. 33-48, junh. 2004.

BARBOSA, Meiriene Cavalcante. **Do Preferencial ao Necessário: O Atendimento educacional Especializado na Escola Comum**. 2011. 179f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

BRASIL, LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Dispõe sobre a lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em : < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____, Ministério da Educação Básica, modalidade Educação Especial. Resolução nº 4, 2009.

_____, Ministério da educação – Secretaria de Educação especial (SEESP). **Política Nacional de educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da educação. *Resolução CNE/CEB n. 2*, DE 11 de setembro de 2001. Brasília: MEC: SEESP, 2001.

_____, Decreto nº. 3.965, de 08 de outubro de 1999. Promulga a **Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional**. Brasília/DF: 1996.

_____, **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtien/Tailândia, 1990

_____, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____, **Decreto n. 1.428, de 12 de setembro de 1854. Cria nesta corte um instituto denominado Imperial Instituto dos Meninos Cegos**. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, parte 1, p. 295-300, 1854.

BUENO, José. **Educação especial Brasileira: a integração/segregação do aluno diferente**. **Dissertação (Mestrado)**. São Paulo: PUC, 1991: Pontifca Universidade Católica de São Paulo.

CASTRO, M. L. O de. **A educação na Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional**. Brasília: André Quincé, 1998.

CAMPAGNOLI, Adriana de Fátima Pilatti Ferreira. MANDALAZZO, Silvana Souza Netto. **Proteção social na forma não contributiva a idisi e deficientes: avanço interpretativo oriundo do Poder Judiciário**. In: MENEGOTI, Daniela; BENACCHIO, Marcelo (Coord). Conpedi (Org.).

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial**. Espanha de 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FERREIRA, Windyz B. Inclusão X Exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. In: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

GLAT, R.; BLANCO, L.M.V. Educação especial no contexto ode uma Educação Inclusiva. In: GLAT, Rosana (ORG). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 15-35, 2007.

FERREIRA, Mirlene M. D. **Atendimento educacional Especializado “pessoa com surdez”**. SEESP/SEED/MEC Brasília/DF – 2007

JANNUZZI, Gilberta. **A luta pela educação do “deficiente mental” no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

JURDI, A. P. S. AMIRALIAN, M. L. T. M. **A inclusão escolar de alunos com deficiência mental: uma proposta de intervenção do terapeuta ocupacional no cotidiano escolar**. Estud.psicol. v. 23, n. 2, pp. 191-202,2006.

LACERDA, C. B. F. O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo. **Revista Brasileira de Educação especial**, Marília, v. 13, n. 2, p. 257-280, maio/ago 2007.

MAZZOTTA, Marcos José da Silca. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo, Editora Cortez, 1996.

Organização Mundial da Saúde. **Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e desvantagens (handicaps): um manual de classificação das consequências das doenças**. Lisboa, 1989.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006.

OSM (Organização mundial da saúde), (1993). **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10**. Porto Alegre: Artes Médicas.

PEREIRA, Sara da Silva. **Efeito a curto prazo da aplicação de Bandagem com biocerâmica MIG3 na dor localizada em pacientes com síndrome pós poliomielite (Especialização Lato Sensu)** – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

REILY, Lúcia. **Escola Inclusiva: linguagem e mediação**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

APÊNDICES

Apêndice I: Entrevista para o professor da sala de recursos

Perfil do professor:

1. Qual seu nome, quantos anos você tem e quanto tempo trabalha com Alunos com Atendimento educacional especializado?
2. Quantas horas semanais você desenvolve seu trabalho na sala de recursos?
3. Qual sua formação para trabalhar com educação inclusiva?
4. Sobre a dificuldade de aprendizagem dos alunos como necessidades educativas especiais o que mais prejudica o trabalho pedagógico?
5. Você se sente preparado para realizar a inclusão? Que dificuldade enfrenta?

Papel do Professor

6. Em sua concepção, qual o papel do professor da Inclusão na escola comum?

Tipos de Alunos:

7. Quais os alunos recebidos na escola?
8. Muitas pessoas consideram a sala de recurso uma sala de aula para trabalhar como reforço escolar. Como é realizado trabalho na sala de recurso?

Barreira Atitudinais:

9. Existem preconceitos por parte dos colegas das classes regulares em relação aos alunos com educacionais especiais? Comente a respeito:

Rendimento do aluno:

10. Os alunos das Necessidades Educativas Especiais realizam suas atividades em classe regulares? Fale um pouco sobre o assunto:
11. Com sua experiência em sala de aula e professor da sala de recurso, como você avalia o processo de ensino aprendizagem?

Estrutura Pedagógica

12. Existe algum projeto dentro da escola que envolva todos os alunos, possibilitando a inclusão e integração entre eles?

Estrutura da Escola

13. Qual é a maior dificuldade no processo de inclusão em sua escola?
14. Você poderia dizer um pouco sobre as dificuldades enfrentadas com os alunos deficientes no dia a dia em sala escolar, em relação à estrutura física da escola?
15. Quais são os pontos positivos da inclusão? Há pontos negativos no processo de inclusão, quais?

Participação da Família

16. A família participa do processo de inclusão de que forma?
17. Qual a importância da família, junto à escola no processo de inclusão?
18. A família quando convidada, participa de reuniões e outros eventos oferecidos pela escola?

Interação Aluno e Professor

18. A interação entre professor e aluno vem do saber ouvir e falar com os alunos. Como acontece essa interação na sala de recursos?

19. Em toda a relação existem conflitos, alguns professores ignoram esses conflitos tentando evitar desgaste, buscando não se prejudicar. Como você reage em situações conflitantes entre alunos e professor?

20. Como você avalia o fator repressão dentro da sala de Recursos?

Respostas:

Professor	Fala
P 01	Meu nome é Neto, tenho 40 anos e trabalho com alunos da AEE há quase dois anos.
P 02	Faço quarenta horas semanais.
P 03	Especialização em educação especial e inclusiva.
P 04	Vou falar sobre o João, que o aluno mais próximo. No caso a distração é muito comum, ele percebe e se distrai com qualquer movimento dentro da sala. No caso identificamos alguns objetos e ruídos que chamam atenção dele, como por exemplo, caixa de lápis que ficavam em cima das mesas, ele se distraia e não conseguia concentrar nas atividades. Agora vamos disponibilizando aos poucos na medida da necessidade, caso contrário ele se atem a todas e não foca na atividade.
P 05	Em relação a minha preparação, posso dizer que a princípio a sociedade não está preparada, os profissionais também não, mas a pratica aperfeiçoa e vamos entendendo como lidar com cada aluno. Tentar compreender o aluno é muito importante. Muitas vezes esse aluno chega à escola nervoso com a própria família, é aqui é o lugar compreensão. Trabalho muito com a motivação deles e procuro criar vínculos com ele conhecendo seu dia com a família, conhecendo a rotina da casa.
P 06	Estimular o reconhecimento das diferenças, papel importante no momento da socialização.
P 07	Recebemos alunos com Transtorno Global de Desenvolvimento e Deficiente
P 08	A sala de recurso é um local de aprendizagem para o aluno. O mais importante é

	<p>conhecer o aluno para depois desenvolver o plano de trabalho</p> <p>Temos o aluno João, e o trabalho realizado com ele aqui na sala de recursos e sempre estimulando o João a compreender situações com uso de figuras, já que pra ele fica mais fácil a compreensão visual. No desenvolvimento da fala, trabalhamos com histórias utilizando desenhos em miniaturas e juntos podemos construir uma história.</p>
P 09	<p>A escola é responsável por introduzir o aluno na vida pública. Muitos pais tem essa consciência, mas ainda existem crianças que chegam à escola, sem conhecimento e não aceitam as diferenças. É mais fácil aceitar um cadeirante, que tem apenas limitações físicas, isso acaba afetando o emocional das crianças que acabam ajudando e tratando com cuidado. Mas aceitar um aluno altista, por exemplo, é mais difícil, porque em casa as crianças não aprendem lidar com as diferenças.</p>
P 10	<p>Sim. O João sempre faz suas tarefas junto à turma. Mas por ser muito nervoso, muitas vezes é necessário que o monitor o leve para a sala de recurso, para que tenha tranquilidade para fazer suas atividades, já que muitas vezes os demais colegas o provocam por ele ter 16 anos e ainda está no segundo ano.</p>
P 11	<p>O processo de ensino aprendizagem é baseado na prática pedagógica utilizada a favor e pensando na necessidade do aluno, mas a aprendizagem decorre de um bom relacionamento. Um relacionamento positivo gera um trabalho construtivo, o professor exerce influência sobre a aprendizagem do aluno e por isso deve manter um ambiente tranquilo e harmonioso.</p>
P 12	<p>Existe um dia da semana, onde o lanche dos alunos é servido no pátio para que as crianças sintam-se iguais e compartilhem momentos simples e que colaboram para o crescimento de cada criança. O terceiro bimestre foi incluído o tema “Inclusão”, em todas as disciplinas, e os alunos tiveram acesso a realidade da inclusão em aulas interdisciplinares, na semana de encerramento das atividades de inclusão, a escola trouxe uma banda musical, formada por alunos com necessidades educacionais especiais, para fechamento das atividades, realizado um espetáculo musical para alunos de toda a escola.</p>
P 13	<p>O preconceito é nosso maior dificuldade</p>
P 14	<p>Foram adaptadas entradas principais e banheiros, mas existem alguns lugares que o cadeirante não tem acesso, por exemplo, a horta da escola e a quadra de esporte. O professor realiza as atividades no pátio da escola, que é mais provável ou leva a aluna até a quadra de esportes com ajuda do monitor</p>

P 15	<p>Os pontos positivos é oportunidade de conscientização da população em relação ao direito de todos, sem preconceitos.</p> <p>Pontos negativos posso dizer que a falta de preparo dos envolvidos no processo de inclusão: gestão da escola e até familiares.</p> <p>Tentar compreender o aluno é muito importante. Muitas vezes esse aluno chega à escola nervoso com a própria família, é aqui é o lugar compreensão. Trabalho muito com a motivação deles e procuro criar vínculos com ele conhecendo seu dia com a família, conhecendo a rotina da casa.</p>
P 16	<p>Geralmente a família entrega o filho na escola e recebe na saída. Creio que falta conhecimento da situação do filho, no caso, os pais acabam tratando os filhos como criança, o que não favorece o desenvolvimento do aluno.</p>
P 17	<p>A importância da Família pode influenciar positivamente no psicológico do aluno, ajudando no desenvolvimento do filho. Os familiares devem conhecer as necessidades de seu filho e a partir desse conhecimento trabalhar junto com a escola, em colaboração, ajudando na autonomia desse aluno.</p>
P 18	<p>Sim. A Família participa das reuniões de turma para receber notas dos alunos e sempre acompanha os filhos em eventos oferecidos pela escola.</p>
P19	<p>Tentar compreender o aluno é muito importante. Muitas vezes esse aluno chega à escola nervoso com a própria família, é aqui é o lugar compreensão. Trabalho muito com a motivação deles e procuro criar vínculos com ele conhecendo seu dia com a família, conhecendo a rotina da casa.</p>
P20	<p>Melhor caminho é buscar a confiança dos alunos, assim posso exercer minha autoridade, sem causar danos Emocionais. O aluno precisa entender que sou amigo.</p>
P 21	<p>A repressão traz medo, isso pode causar fracasso no aprendizado. Confiança é importante entre professor e aluno, principalmente porque estamos falando de crianças que apresentam dificuldades e necessidades educativas diferentes.</p>

ANEXOS

Anexo I – Carta de apresentação



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a) _____ que

está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Anexo II.

Termo de consentimento livre e esclarecido



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____ . Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de _____
(explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ *(explicitar instrumentos de coleta de dados)*, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Participante Voluntário

Nome do Participante Voluntário:

E-mail(opcional):

Anexo III. Aceite institucional



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (nome completo do responsável pela instituição),
 da _____ (nome da instituição) está de acordo com a realização da pesquisa

 de responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____
 aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de
 Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de
 Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. _____.

O estudo envolve a realização de _____ (entrevistas,
 observações e filmagens etc) do atendimento _____ (local na
 instituição a ser pesquisado) com _____ (participantes da pesquisa). A
 pesquisa terá a duração de _____ (tempo de duração em dias), com previsão de início em _____ e
 término em _____.

Eu, _____ (nome completo do responsável pela
 instituição), _____ (cargo do(a) responsável do(a) nome completo da
 instituição onde os dados serão coletados, declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em
 especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição
 coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar
 dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal
 segurança e bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

 Nome do (a) responsável pela instituição

 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição